



02 DE OUTUBRO: TRABALHADORES GRITAM FORA BOLSONARO



As manifestações pelo Fora Bolsonaro, realizadas no último dia 02 de outubro, que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras, dando voz à luta contra a carestia nas condições de vida, o desemprego e o conjunto das políticas neoliberais de destruição do Estado, deram demonstração de que a insatisfação popular contra esse governo genocida está mais forte a cada dia.

Os trabalhadores dos Correios foram presença marcante nos atos, expondo sua luta contra a privatização da Estatal, patrimônio do povo brasileiro. O preço do gás de cozinha e a PEC 32 também foram pautas dos protestos.

Em todo o País, inclusive em cidades pequenas, os movimentos sociais apresentaram as reivindicações do povo explorado e oprimido, como a luta contra o Marco Temporal, que ataca os povos indígenas, e a defesa da agricultura familiar.

Frente ampla: política de subserviência

A política da frente ampla, ou seja, de buscar acordos com representantes (partidos) da direita, tem sido costurada pelas direções dos partidos da esquerda. Em todo o País,

partidos que participaram do golpe, como o Partido Verde (PV) e MDB, além de figuras como Ciro Gomes (PDT), estiveram presentes. De acordo com o presidente do PSB, Carlos Siqueira, a organização do ato combinou que a atividade seria “o mais amplo possível, com entidades da sociedade civil, entidades sindicais e movimentos populares e partidos que vão do Psol a legendas de centro-direita”.

No entanto, essa política de traição dos interesses dos trabalhadores, cujo resultado prático é dar retaguarda para a direita, não está sendo aceita “de bom grado” pelos manifestantes. Em São Paulo, na avenida Paulista, palco do maior protesto nacional, políticos como Paulinho da Força (Solidariedade) e Ciro Gomes discursaram sob fortes protestos dos manifestantes.

O fato indica uma politização à esquerda de uma parte dos trabalhadores, que rejeita a formação da Frente Ampla para as eleições 2022, em que os partidos de esquerda se unem a partidos de centro direita, que tentam se distanciar da imagem de Bolsonaro, mas endossam o mesmo projeto neoliberal contra os trabalhadores.

Há uma tendência de que a luta evolua no sentido de se combater o conjunto das políticas antipovo e antitrabalhista desse governo, sustentado pela mesma burguesia que tenta “pegar carona” nos atos Fora Bolsonaro e na capacidade do PT e dos movimentos sociais de mobilizarem a população. A crise insustentável do governo do ex-capitão tem obrigado essa burguesia a buscar uma terceira via eleitoral para derrotar as chances do ex-presidente Lula, que figura em primeiro lugar nas pesquisas para 2022.

Diante disso, as organizações classistas devem dar uma resposta à altura das reivindicações populares, ou seja, assumir a liderança política dos atos e mobilizar os trabalhadores para a luta contra o projeto neoliberal de retirada de direitos trabalhistas, destruição dos serviços públicos e entrega do patrimônio público às corporações estrangeiras. Os acordos eleitoreiros são uma imposição da democracia burguesa, que não passa de uma farsa para encobrir a ditadura dos donos do poder econômico contra a maioria do povo. Aos trabalhadores não interessa essa submissão aos interesses da elite econômica. As eleições só são importantes se puderem fazer crescer seu poder político na correlação de forças com a burguesia.

EDUCAÇÃO PÚBLICA PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS AMEAÇADA



De 04 a 08 de outubro, estudantes Indígenas e quilombolas de todo país estarão em Brasília para o I Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola. O objetivo é debater a situação das políticas públicas de educação para o este segmento estudantil e lutar contra o desmonte das políticas de acesso e permanência à educação superior, levado a cabo pelo governo de Jair Bolsonaro.

Os cortes de recursos e orçamento zero têm afetado diretamente esse segmento estudantil que, historicamente, foi marginalizado pelas políticas educacionais. Direitos como assistência estudantil, bolsas permanência e recursos para a pesquisa ficam comprometidos.

Durante o Fórum, organizado pela Coordenação Nacional dos Estudantes Indígenas e Quilombolas, junto às entidades dos movimentos nacionais indígena e quilombola, serão realizadas atividades de formação e atos em frente ao Ministério da Educação, para reivindicar políticas que atendam as demandas desse setor estudantil. A luta por essas demandas precisa ser fortalecida e articulada à luta pela Educação Pública, haja vista que o desmonte dos serviços públicos irá tirar ainda mais direitos dos jovens.

FALTA DE MEDICAMENTOS: DESMONTE DO SUS



A falta de insumos para produção de medicamentos, com o conseqüente desabastecimento dos mesmos, e a falta de oferta de serviços nas unidades do SUS têm comprometido tratamentos de doenças crônicas não transmissíveis e, assim, prejudicando a parte da população menos favorecida cujo acesso aos serviços e ações de Saúde é um direito.

Um exemplo é o que ocorre no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que paralisou por tempo indeterminado a produção de radiofármacos e radioisótopos, usados para o tratamento de câncer, devido ao corte de 46% da verba do órgão em 2021.

O Ipen é responsável pelo fornecimento de cerca de 85% de toda a produção nacional de medicamentos com material radioativo aos laboratórios e hospitais de todo o Brasil, como, por exemplo, o Iodo-131, usado na detecção do câncer de tireoide. Hospitais já começaram a cancelar tratamentos por causa do desabastecimento.

A destruição de serviços públicos essenciais à vida do povo é parte da política genocida do governo Bolsonaro, que transforma Saúde em mercadoria para garantir lucros de parasitas capitalistas.

TRABALHADORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DEVEM REJEITAR PERDA DE DIREITOS



O SINDICATO PATRONAL (SINDINFOR), negociador das empresas privadas de Tecnologia da Informação (TI), em Minas Gerais, na 5ª rodada de negociação, trouxe sua proposta, da qual destacam-se:

- **Corte da cláusula de PLR – Participação nos Lucros ou Resultados da CCT;**
- **Reajuste Salarial de 8%, parcelado em duas vezes, sendo 4% a partir de 01/09/2021 e 4% a partir de 01/02/2022.**

O setor de TI se destacou de outros setores da economia e atravessou a crise gerada pela pandemia com crescimento, o que faz com que a recusa em se pagar os 10,42% (inflação do período), medida pelo INPC, seja uma exploração desmedida e inaceitável.

Pagar a inflação do período **já não será suficiente**, especialmente para os trabalhadores que recebem salários mais baixos ou o Piso Salarial, considerando a alta dos preços de gêneros de grande impacto no orçamento dos trabalhadores, tais como alimentos, combustíveis, aluguel, luz, gás, entre outros.

NÃO ACEITAMOS REDUÇÃO NEM DE SALÁRIO NEM DE DIREITOS! Esta foi a resposta firme do SINDADOS/MG para os patrões.